

**PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: exemplo de ilusão de ótica**

Cleber Barbosa

Para que se tenha uma descrição completa sobre a nova proposta do ensino universitário, cumpre observar os elementos de verdade, na declaração do governo, sobre a existência de pequena minoria de alunos oriundos de classe média-baixa, nas Universidades Públicas. No entanto, tal afirmação situa-se no campo das verdades parciais. A maioria dos que ingressam no ensino público, pertencem à classe média, outros à classe média-alta e classe alta. No conjunto de milhões do país, somente uma pequena parcela se matricula nas universidades federais. A maioria destes vão estudar no exterior.

Mas a comunicação política do governo é veiculada de forma bem simples: no ensino superior do Brasil, o filho de rico estuda na Universidade pública, o filho de pobre na particular. Portanto o governo sugere uma proposta segundo a qual, após a conclusão do curso universitário, o aluno formado por uma universidade gratuita, sustentada por impostos pagos pela sociedade preste, em determinado período, seus serviços profissionais adquiridos.

Alternativamente, o graduado poderá "indenizar" a faculdade em que estudou dispensando seu "serviço civil obrigatório".

A proposição do governo possui forte apelo popular. Mas todo este raciocínio não existe senão para gerar uma ilusão de ótica.

Em primeiro lugar, porque, como já dissemos, a média dos alunos das universidades públicas são de classe média, mas da classe média dos tempos modernos; daquela classe média que compra hoje com cheque pré-datado para o dia dez. Convm notar que se os estacionamentos das universidades estão lotados, os pontos de ônibus estão muito mais; fora os coletivos que vão para bairros pobres.

Em segundo lugar, porque ensino pago e baixa expectativa de empregos, não se relacionam muito bem em qualquer lugar do mundo. Com o ensino gratuito, a evasão escolar atual encontra-se em patamares alarmantes, imaginem tendo que "pagar" para estudar.

Em terceiro lugar, a possibilidade de, com o uso do dinheiro, o aluno possa se livrar do serviço civil, abrirá mais um exemplo de "status quo" e prolongará as listas de diferenças entre ser rico e ser pobre. No limite, o aluno rico enquanto não encontrar o emprego desejado, ficará prestando seus serviços. No momento em que escolher a sua ocupação profissional indenizará a faculdade. O aluno pobre não poderá contar com esta manobra.

Olhando por outro ângulo, podemos lembrar Delfim Neto, ex-Ministro da Economia; certa vez ele revelou: "qualquer medida de política econômica beneficiará no máximo 30% da população". Podemos então perguntar; esta nova proposta vai beneficiar a quem, realmente? Na nossa opinião, beneficiará talvez a classe rica; prejudicará talvez, a classe pobre; prejudicará, com certeza, a classe média. Também beneficiarão as empresas que absorvem o serviço civil (podarão contar com uma boa rotatividade de pessoal a custo zero).

Poderá beneficiar a classe rica, pois a nova universidade federal da Nova República, aumentará a grande realidade de que o ensino superior é privilégio de rico. Vejamos: a lei básica da economia diz que se o preço aumentar, a procura diminuirá. Com a prestação de serviços "o preço" de cursar uma universidade aumentará. Será um ano a mais sem poder estar no mercado de trabalho.

Dessa forma, muito custoso para o aluno de classe média. Isto posto, fica fácil imaginar a nova imagem da universidade federal: um local de encontro da juventude rica do país. Aí, sim, teremos uma universidade de estacionamentos lotados. Vale o registro: com a seletividade entre os ricos, as univer

sidades federais que sobreviverem, poderão até melhorar o nível de ensino. Só que com o aumento da relação que antigamente era bastante visível: novos doutores são sempre filhos de antigos doutores.

Dessa forma, o sonho do portei-ro de ver seu filho formado, será cada vez mais um sonho. Portanto o argumento de que na Universidade pública há poucos alunos de classe média baixa só reforça a necessidade de aumentar esse gargalo, não de estritá-lo.

Se o objetivo do governo com essa nova proposta é cobrar dos ricos o curso universitário, podemos sugerir uma medida com menores distorções: o Prêmio Nobel, Milton Friedam, pai do monetarismo, defensor do livre capitalismo, em seu livro "Price Theory" cita uma proposição econômica que vem a calhar

"O imposto de renda é superior ao imposto sobre consumo, para a mesma arrecadação". Ou seja, a sociedade melhora em termos de bem estar se, para o mesmo valor cobrado, o governo utilizar impostos de renda ao invés de imposto sobre o consumo.

Portanto, alternativamente, o governo poderia cobrar um imposto de renda maior as famílias ricas com filhos em escolas públicas, ou mesmo cobrar um imposto de renda aos novos profissionais egressos das universidades federais.

Do jeito que está proposto, a Nova Proposta de reforma do ensino superior, ao nosso parecer, vê menos uma tentativa de melhorar a Educação, do que uma demonstração de ilusão de ótica. Na primeira observação repara-se um coelhinho. Com um olhar mais apurado, vê-se um rinoceronte!

O Ensino Público e Gratuito no Contexto do Projeto de Reconstrução Nacional: uma contribuição ao debate

Sidinei Ramos

O tema é polêmico e de grande complexidade, mormente no momento em que está acontecendo uma ofensiva que se podia pressupor: o descrédito e a crise da universidade pública abriu caminho para mais uma investida do governo contra o ensino público e gratuito.

Nesse contexto, alguns fatores vêm concorrendo decididamente para enfraquecer e ou desacreditar o sistema de ensino superior. Dentre eles destacam-se: a falta de uma política educacional por parte do governo, a idéia simplista do que seja democratização interna e os sucessivos problemas, inclusive suspeitas de fraudes, ocorridos no vestibular, dificultando o acesso e gerando vagas ociosas.

Por outro lado, o governo, na tentativa de implantar a cobrança de mensalidades e conseqüentemente privatizar as universidades públicas, aponta para um grande desperdício na utilização das verbas públicas no ensino superior, e diz que a universidade quer autonomia apenas para gastar sem nenhuma preocupação com a eficiência. Torna público, através da imprensa escrita e falada, por exemplo, que há um excesso de professores e servidores técnico-administrativos em relação ao número de alunos, e que dentro da universidade pública estão os alunos de famílias ricas, oriundos de escolas particulares.

Diante desse quadro que esboçamos de forma geral, e que requer debates e debates, o governo apresenta, agora, no seu Plano de Reconstrução Nacional, uma alternati-

va de solução milagrosa: O ENSINO PAGO.

A idéia que fica é a de que a simples cobrança de mensalidades e taxas acabará com o problema. Não há nada que garanta isso. O problema poderá até mesmo se agravar. A experiência demonstra que o simples fato de os alunos pagarem não garante melhora da qualidade do ensino que recebem, assim como da pesquisa e da extensão. Se ocorresse o que o governo pressupõe, as universidades particulares, para as quais são destinadas grande parte das verbas públicas devidas à educação, seriam melhores que as públicas. É isso o que ocorre?

Aceitamos o argumento de que os alunos oriundos das escolas públicas, dado o baixo nível de ensino que recebem, não conseguem ter acesso às universidades públicas. Igualmente, aceitamos que as universidades públicas, dentre outras medidas, precisam aperfeiçoar e dinamizar seu sistema de gestão, assim como diversificar suas fontes de recursos. No entanto, reiteramos que não é a simples idéia do ensino pago que irá resolver tais problemas. A EDUCAÇÃO É OBRIGAÇÃO DO ESTADO. Negar tal afirmativa é contrariar a experiência mundial, inclusive dos EUA, onde as boas universidades não sobrevivem sem um bom volume de recursos do governo.

Se o objetivo é utilizar os recursos escassos em sua melhor alternativa e priorizar todos os níveis da educação (1º, 2º e 3º graus) há uma série de medidas que podem ser implementadas, e que permitirão resultados muito mais relevantes e significativos que os eventuais ganhos, que podem ser obtidos via cobrança de mensalidades e taxas. Dentre elas podemos citar a adoção de uma política que associe a distribuição de recursos a uma fiscalização eficiente de sua aplicação, com prioridades claras e definidas; e uma política séria, que institua a auto-avaliação institucional como instrumento de melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e das atividades administrativas.

Não podemos perder de vista o fato de que os problemas e a decadência do ensino superior é parte de uma crise mais ampla que atinge toda a sociedade brasileira, e que

tem suas causas nas prioridades que nortearam o modelo de desenvolvimento econômico do país, através de uma política desvinculada dos interesses nacionais e dos anseios da população. Nesse sentido, a crise é estrutural.

A crise que vivemos é fundamentalmente de desigualdades sociais, eo que a sociedade mais aspira é a igualdade de oportunidades. Não é cobrando mensalidades e taxas de toda ordem que a universidade irá corrigir injustiças e distorções existentes na sociedade, e nem tampouco conseguir sua independência financeira. Defendemos a idéia de que não cabe à Universidade se descaracterizar, afastando-se de suas funções principais, e encampar o discurso oficial tentando, de toda a forma, criar e acionar mecanismos e instrumentos de cobrança para "carentes" e não "carentes", ou para os que "podem" e os que "não podem".

Entendemos que o governo não pode se desobrigar do financiamento da educação em todos os níveis. Ademais, as distorções, as desigualdades sociais e a má distribuição de renda existentes na sociedade têm que ser corrigidas no seio da sociedade pelo governo, e não dentro da universidade pela universidade. De mecanismos e instrumentos o governo dispõe. O problema é ter vontade política para tal. Por exemplo, praticando uma ação fiscal progressiva, que consiste em tributar mais as classes de alta renda, e utilizar esses recursos com as classes mais baixas, aplicando tais recursos em educação pública, saúde pública, etc., o governo caminhará no sentido de uma maior justiça social.

No âmbito interno da universidade pública, todos devem ser tratados da mesma forma, sem distinções e discriminações, afastando de vez por todas termos tais como "carentes" e "não carentes". Não pode e não deve haver espaço para qualquer tipo de mecanismos discriminatórios. À universidade cabe contribuir para corrigir e ou minimizar essas desigualdades, permitindo o acesso, garantindo a permanência (através de uma política de assistência ao estudante: alimentação, Saúde, assistência médica, lazer, etc.), e formando profissiona-

is competentes, dotados de massa crítica e que sejam colocados a serviço da sociedade.

Em resumo, acreditamos que os problemas do ensino superior não serão resolvidos com medidas de cunho nitidamente conjuntural e imediatista, sem uma visão global e estrutural do problema, que requer mudanças profundas de médio e longo prazos. Medidas isoladas e precipitadas, tais como acabar com as provas de múltipla escolha no vestibular, impedir contratações, diminuir verbas, arrochar salários de professores e servidores técnico-administrativos e, por último, ENSINO PAGO, apenas agravarão o problema; Assim sendo, a quem interessa o ENSINO PAGO?

Outro problema que merece atenção é a mobilização e o posicionamento da comunidade interna da universidade, principalmente das associações, dos dirigentes universitários e dos Colegiados Superiores em relação a essas investidas externas para a implantação do ensino pago. A situação certamente se agravará e as investidas externas tomarão forças à medida que encontrarem, no âmbito interno da universidade, algum aliado forte. Assim, entendemos que são necessárias posições claras e criativas por parte da comunidade e de seus dirigentes, em defesa da universidade pública e gratuita. Devemos ficar atentos em relação àqueles que, em alguns casos, desencadearam, ou vêm tentando desencadear, um processo interno de cobrança de taxas, respaldando assim, a intenção do governo.

Por último, cabe salientar e defendendo dois princípios básicos

- EDUCAÇÃO É DIREITO DE TODOS
- E DEVER DO ESTADO.

- VERBAS PÚBLICAS EXCLUSIVAMENTE PARA O ENSINO PÚBLICO.

Não à política de distribuição de recursos públicos que vem privilegiando as escolas particulares.

\* (Prof. do Depto. Ciências Econômicas / ICHS)